

A PUBLICAÇÃO DA OBRA DE “OS LUSÍADAS” NO SÉCULO XVI: UM OLHAR SOBRE O CANTO X

Cristinne Leus Tomé¹

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar a obra *Os Lusíadas* no contexto histórico-social português do século XVI. Destacam-se os aspectos históricos da política jesuíta para o estabelecimento da Santa Inquisição em Portugal e a sua atuação enquanto censura literária. Selecionou-se o Canto X para analisar a estrutura social portuguesa e as seções trabalhistas que foram produto da expansão marítima e descobrimento de novos territórios. Comentam-se as primeiras edições de 1572 e 1584 portuguesas e a edição de 1580 espanhola para discutir o papel da censura inquisitória aplicada à obra.

Palavras-chave: literatura, literatura portuguesa, os lusíadas, censura.

1. “Aqui, minha Calíope, te invoco”²

1572. Portugal. Santa Inquisição. Camões. Publicação. Aqui apresentamos uma sequência de palavras que darão o teor deste artigo. E a sequência das palavras nesta ordem apresentada será justificada – não aleatória, não fortuita, mas conveniente aos fatores que levaram à publicação da obra acerca aos lusos, à sua história, aos seus feitos, às suas virtudes e às glórias. Não ao acaso *Os Lusíadas* tornou-se a obra referência ao povo português, mas por ser representativa de um tempo, uma região, um contexto religioso, político e cultural.

Estamos na época do renascimento em que o homem se possibilitava o pensar-se como o escritor de sua história. Na literatura, o herói renascentista seduz – ledo cavaleiro, gentil e hospitaleiro, forte e bravo combatente, servidor da pátria, destemido desbravador e, acima de tudo, honesto e temente a Deus. O herói camoniano, capitão Vasco da Gama, abraça todo este prisma de valores; o homem português que mapeou o

¹ Professora do Departamento de Pedagogia UNEMAT/campus Universitário de Sinop; Doutora em Educação UFRGS/PPGEdu. E-mail: cristinne@unemat-net.br

² X, 8, v. 5. Nesta sequência definimos que os algarismos romanos identificam os Cantos, os números árabicos as estâncias e os versos com a letra v.

mundo por onde passava foi cantado em versos, louvor digno dos deuses. Camões foi o autor que alargou em toda sua extensão os horizontes do povo português, físicos e memoriáveis, constituindo uma nova identidade ao longo das novas campanhas marítimas.

Os valores do herói luso eram coletivos, ele navega em nome do Rei e canta a glória do povo português: é no personagem de Gama que a multiplicidade de caracteres dos personagens forma unidade. E é ele quem será nosso timoneiro nesta reflexão.

2. “Enfim que o sumo deus, que por segundas Causas obra no mundo, tudo manda”³

O século XVI representa para Portugal uma época de navegações, tomadas de novas terras, elaboração de novos mapas *mundi* a cada travessia, novas possibilidades econômicas, certezas postas novamente questionadas. O mundo estava sendo desenhado em seus aspectos geográficos, novas estrelas brilhavam nos céus a cada deslocamento, povos eram conhecidos, línguas eram escritas e o já-dado poderia rapidamente tornar-se passado com a chegada de uma nova embarcação. Já era façanha antiga a exploração dos mares pelo povo português e o arfar por novas notícias em novos campos de conhecimentos era sempre um objetivo. O verbo ‘descobrir’ passou a ser uma constante na literatura e na fala das pessoas, e Camões soube como trazer para a epopeia toda esta janela de possibilidades que se mostrava:

[...] importa reconhecer que as *descobertas* como tema da epopeia, além do mérito de serem um tema verídico, têm ainda outro: o da novidade. Não se inspiram no passado, antigo ou medieval. Constituem uma questão moderna, contemporânea, quicá o efeito que melhor caracteriza a especificidade do Renascimento europeu: a descoberta de novas terras, céus, mares, gentes, culturas. (MATOS, 1992, p. 23, grifo do autor).

Portugal e Espanha, países católicos, juntos, dominaram os mares com sua marinha mercante, pelo Ocidente, pelo Oriente e ao Sul, na África. Novas terras, com novas possibilidades de riquezas e comércio eminentes eram o grande mote da político-econômica expansionista das nações. A primeira viagem de Vasco da Gama às Índias,

³ X, 85, v. 1-2.

sozinha, deu lucro de 6.000% a Portugal (HUBERMAN, 1981); um empreendimento considerável para todo país que se quisesse forte nas esferas europeias. Inglaterra e Holanda, países protestantes, e judeus, também estavam interessados em tirar proveitos das riquezas que cruzavam os mares em direção à Península Ibérica, fosse pela pirataria fosse pelas transações bancárias. Fora os países representantes europeus, havia também o império otomano, seguidores do Islã, interessados em instalar-se na Península a fim de lucrar com a crescente demanda de mercadorias, investimentos e transações monetárias circulantes (GONZAGA, 1993, p. 230).

A constante ameaça externa, por um lado, e a união dos reinos, por outro, motivaram a política-diplomática de casamentos entre as famílias reais portuguesas e espanholas, com contratos matrimoniais pré-estabelecidos visando a segurança dos interesses reais.

Dom Manuel I (1469-1521), de Portugal, para casar-se com Dona Maria de Aragão, de Espanha, deveria cumprir com a cláusula matrimonial que estabeleceria a instalação da Inquisição no reino português. Iniciaram-se as negociações em 1531 no reinado de Dom João III (1502-1557) com o papa Clemente VII, a partir da nomeação de um Inquisidor-mor para Portugal, mas, “[...] pouco tempo após, em 1533, [o papa] mais bem informado sobre os abusos cometidos, anulou as condenações proferidas e, atento ao fato de que os cristãos-novos haviam sido batizados pela força, a todos concedeu perdão.” (GONZAGA, 1993, p. 228).

Foi durante o papado de Paulo III, em 1536, que a bula *Cum ad nihil magis* foi publicada em Évora, reinstalando a Inquisição no reino português. Um conselheiro da Corte portuguesa foi enviado a Roma para reforçar o perigo de Portugal, e de suas colônias, como o Brasil, de seguir o exemplo do rei inglês Henrique VIII, que rompera com a fé católica. Logo, o tribunal do Santo Ofício iniciou seus trabalhos com três inquisidores designados pelo papa e um quarto pela escolha do rei. Esta nomeação não agradou ao rei:

Logo começaram a chegar a Roma notícias de que os excessos continuavam, em aberta desobediência às recomendações de prudência e moderação. O papa exigiu esclarecimentos, ameaçando de novo suspender o tribunal. [...] D. João III negou as acusações, alegando que haviam sido forjadas pelo núncio em Portugal, corrompido pelos judeus; e insistiu na ideia de uma Inquisição composta unicamente por pessoas que ele nomeasse. (GONZAGA, 1993, p. 229).

Entre o período de 1539 e 1547 o papa em Roma e o rei em Portugal estiveram delimitando os limites de sua atuação no tribunal do Santo Ofício no reinado. O rei português exigiu a nomeação de seu irmão, Dom Henrique, como Inquisidor-mor, o que era uma provocação ao papa. O rei Carlos V, de Espanha, “[...] mais uma vez interferiu, [...] mostrando a necessidade de que em Portugal fosse formada uma Inquisição muito severa, que desse apoio à sua vizinha espanhola.” (GONZAGA, 1993, p. 229).

Com a promessa de que Dom Henrique seria comedido em suas ações, o papa “[...] outorgou amplíssima anistia a várias categorias de cristãos-novos, de maneira que lhes fosse tranquila a vivência com a cristandade” (GONZAGA, 1993, p. 229-230) e, só após autorizou a constituição da Inquisição em Portugal.

Em meados do século, sobe ao trono português o infante Dom Sebastião I de Portugal (1554-1578), que nasce sobre as influências que os reis católicos espanhóis exerceram sobre os reis portugueses. Conhecido como ‘o Desejado’, uma vez que seu pai morrera antes dele nascer, foi criado a partir de uma educação jesuítica, com um forte teor de justiça a partir do ideário português de intolerância aos não-cristãos, de manutenção de uma prática social e cultural que não ferisse aos compromissos firmados com Roma. Enquanto na arte da literatura, destacava-se pelo apressado nas novelas de cavalaria, já na arte da guerra, sua obsessão se concentrava na conquista do norte africano, o que o levou à morte no confronto com o Sultão de Marrocos, Abd al-Malik. As circunstâncias de sua morte não esclarecidas ao povo português “[...] tornou-o um mito, gerando o sebastianismo, movimento de apelo popular que empolgou por longo tempo Portugal [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 15). Sua partida prematura deixou o reino português sem herdeiros, dando origem, em 1580, à União Ibérica, união de Portugal e Espanha, baixo a coroa do rei Felipe I de Portugal (Felipe II de Espanha).

Em seu curto reinado, Dom Sebastião teve a importante tarefa de conduzir a publicação do livro que seria destacado como uma façanha literária ímpar ao povo português. Aos 17 anos, em 1571, recebe o texto de Luís de Camões, *Os Lusíadas*.

3. “O filho, que no mar será ilustrado”⁴

⁴ X, 26, v. 3.

No verso acima, Camões fez referência a Dom Lourenço de Almeida, capitão-mor português, e a seus louváveis feitos em Quíloa; mas, apesar de nobre sua vida, não é sobre ele este capítulo. Tomemos a liberdade, por um momento, de navegar com os ventos gentis enviados por Vênus e pensemos em outro filho ilustre: imaginemos um cavaleiro escriba ao cavalgar sua pena, escrevendo sobre as ondas do mar em um século tumultuoso assolado pelo gigante Adamastor, o século XVI.

Luís Vaz de Camões: filho luso, fidalgo por nascença, soldado por aventura, funcionário público por profissão, viajante por desterro, prisioneiro por desalinho, poeta por ventura e, acima de tudo, apaixonado por Portugal.

Ao contar a história de Portugal, o autor nos apresenta o mar como o grande palco de sua epopeia, versando sobre a chegada dos portugueses às Índias, momento em que nos encanta: “Do Tejo, pelo mar que o Gama abrija, Armadas que as ribeiras venceriam” (X, 10, v. 2-3) diz ele. É no mar que temos o navegador protegido por Vênus e hostilizado por Baco, que passa pela Ilha de São Lourenço ao navegar por Mombaça e Melinde em busca do caminho às Índias. Durante a jornada, Camões nos cativa ao contar as origens do povo português, a história de seus reis e rainhas, da fortuna de Inês, dos lugares paradisíacos, e, também, da motivação dos lusos para os empreendimentos marítimos.

Este homem que navegou junto por dentre as conquistas marítimas de Portugal era filho de Simão Vaz de Camões e Ana de Sá, nascido em 1524 (1525?) na cidade de Lisboa (?) numa típica família aristocrata portuguesa pobre, ‘sem estado’. Esta condição repercutiu em suas atitudes ao longo de sua vida. Para sobreviver, quando não estava apresentando suas poesias junto à corte de seu país, estava percorrendo parte do Império Português por convocação da justiça, a fim de receber o perdão real devido às brigas e aos confrontos que motivava em seu país natal. No pouco que se sabe,

A imagem final que nos fica de Camões é feita de fragmentos paradoxais: o cortesão galante; o boêmio arruaceiro; o ressentido; o homem que se entrega a um erotismo pagão; o cristão da mais ascética severidade. Fragmentos que se reflectem e refractam na obra, que por sua vez revela e oculta um conteúdo autobiográfico ambíguo, deliberadamente enigmático. (MATOS, 1992, p. 14).

Em sua obra, como destaca Matos acima, podemos compreender mais sobre a vida, e as atitudes, deste autor. Como homem de seu tempo, aprendeu a se mover por

dentre a teia social estática feudal com seus altos e baixos para os nobres ‘sem estado’ como ele e a tirar proveito. Ao escrever *Os Lusíadas*, deixou marcas desta ínfima mobilidade social em sua trama, que veremos a seguir.

4. “Por isso vós, ó rei, que por divino

Conselho estais no régio sólio posto

Olhai que sois (e vede as outras gentes)”⁵

No topo da cadeia social tínhamos o rei Dom Sebastião. Portugal era regido por uma soberania real em que a coroação era vista como um consentimento divino para um governo exemplar. Estes conceitos político-religiosos circulantes à época são recorrentes na obra de Camões e temos na Dedicatória (Canto I) ao rei Dom Sebastião, de apenas 12 anos, um exemplo (OLIVEIRA, 1999, p. 70), um rei que tinha por condição a bem aventurança de seu povo.

Abaixo, apresentamos completa a estância 146, momento em que Camões enaltece as ‘gentes’ portuguesas sob a tutela do reinado divino português:

E não sei por que influxo de destino
Não tem um ledo orgulho e geral gosto
Que os ânimos levanta de contínuo
A ter para trabalhos ledo o rosto
Por isso vós, ó Rei, que por divino
Conselho estais no régio sólio posto,
Olhai que sois (e vede as outras gentes)
Senhor só de vassallos excelentes!

Quem eram “as outras gentes”, “vassallos excelentes” deste “Rei”? Segundo Bellini (1999, p. 6):

O gosto do rei pela pompa [Dom Manuel I], junto com as demandas associadas às expedições marítimas e à construção do império, atraiu a nobreza agrária de Portugal para Lisboa, onde se localizava a corte. A estrutura social de Portugal, na época, era predominantemente feudal, sobretudo no norte do reino. O clero, com sua riqueza, organização institucional e domínio da cultura letrada desde a Idade Média, ocupava um importante lugar nessa estrutura. No sul, a maior parte da população consistia numa classe média de proprietários de terra livres.

⁵ X, 146, v. 5-7.

Também faziam parte da sociedade portuguesa grupos de mouros e judeus, que viviam em relativo isolamento em relação aos cristãos. De um modo geral, a população moura concentrava-se na zona rural, embora houvesse mourarias urbanas, enquanto os judeus habitavam essencialmente as cidades e se dedicavam a atividades urbanas como os empréstimos financeiros e o comércio. Documentos do período fazem menção a uma crescente população de escravos africanos, que executavam grande parte do trabalho manual.

A estrutura social descrita formada pela nobreza, clero, proprietários de terras, comerciantes, trabalhadores livres, escravos, dentre outros, se dá a conhecer também no texto de Camões. No Canto X podemos vislumbrar algo sobre esta sociedade feudal/pré-moderna do século XVI e sobre os papéis sociais existentes do mundo de então (terreno e celeste).

Começamos pela nobreza, em que o Rei é a representação divina na terra, ao lado da Rainha (X, 2, v. 5-6) “Mandados da Rainha, que abundantes / Mesas de altos manjares excelentes”. A Rainha, além desta representação idílica cantada em versos, era personagem política que, juntamente com o Rei, formavam alianças diplomáticas para sustentação e fortalecimento do reino. Segundo Bellini (1999, p. 1),

Portugal era, nessa época, um Estado amplamente envolvido na empresa de conquista, com uma administração centralizada dos negócios públicos, desde o que dizia respeito a decisões políticas e militares até o que concernia à administração de centros intelectuais como a universidade e o Colégio das Artes, [...].

Um Estado amplamente centralizado, como citado acima, requeria empregar membros da nobreza como suporte para seus empreendimentos. No Canto X, aos cavaleiros, isto é, nobres em geral, é destacado seus valores na paz e na guerra; “Os Cavaleiros tende em muita estima, / Pois com seu sangue intrépido e fervente” (X, 151, v. 1-2). Aos barões, seguindo o mesmo brilho na unidade de caráter, conservando o mesmo estilo generoso e sublime temos: “Estes e outros Barões, por várias partes, / Dignos todos de fama e maravilha” (X, 73, v. 1-2). A Coroa portuguesa soube como se envolver com uma nobreza chegada à grandeza em busca de favores na expansão do império. Assim,

[...] promoveu e administrou o comércio marítimo nos séculos XV e XVI. Isto fomentou o crescimento de um funcionalismo público, com

membros da nobreza ocupando os postos mais elevados na hierarquia, ora sendo incorporados à corte, ora tendo a seu cargo postos de comando no exército ou na administração além-mar. (BELLINI, 1999, p. 6).

Camões foi um dos membros desta hierarquia social aqui representada que atuou como funcionário público da máquina estatal ao trabalhar como “[...] provedor dos bens dos ausentes e defuntos [...]” (MATOS, 1992, p. 11) em Macau. Fazia parte dos interesses da Corte que homens virtuosos, letrados, fizessem parte das viagens de descobrimentos e colonização das novas terras, a fim de amparar as causas administrativas e dar suporte em todas as negociações comerciais, tribunais judiciais e necessidades religiosas.

A Santa Igreja Católica Apostólica Romana era a religião oficial no reino português, e sobre ela temos longas passagens que reforçam sua influência: “[...] que Deus peleja / Por quem estende a fé da Madre Igreja.” (X, 40, 7-8). A mão da Santa Igreja estendia-se por toda Portugal e suas colônias recém-descobertas e conhecer sobre seus fiéis, quem eram, como viviam, quantos eram, demonstrava ser importante para suas deliberações. Dentre as produções a respeito, temos a investigação que Cristóvão Rodrigues de Oliveira fez a mando do Arcebispo de Lisboa, intitulada *Lisboa em 1551 – SUMÁRIO*, dividida em duas partes: o que Lisboa contém de Eclesiástico e o que contém de Secular. Na parte Eclesiástica temos que:

Existiam 86 igrejas, paróquias, ermidas, hospitais, colégios e mosteiros (onde funcionariam 184 confrarias) com 623 frades, 602 freiras e 437 servidores. Haveria em Lisboa, 240 'extra-vagantes' fora os cónegos e beneficiados das igrejas paroquiais; e 237 cónegos e beneficiados 'na Sé e mais igrejas paroquiais'. (CONSIGLIERI, 1988, p. 188).

Lisboa era uma metrópole à época. De 60 mil habitantes em 1527 constava com uma população aproximada dos 100 mil já em 1551 (RODRIGUES, 1970). Deste total, aproximadamente “Os escravos [eram] 10% da população estimada - todos eles tratam de cavalos, servem de carregadores, de lavradores e de marinheiros e fazem muitos trabalhos.” (CONSIGLIERI, 1988, p. 198). Centros de trabalhos e suas oficinas, centros de vendas e suas lojas para artífices, centros de cultura e suas escolas, centro administrativo e a corte imperial – tudo isso fazia parte do crescimento de Lisboa como

um centro urbano importante com investimentos em suas áreas de infraestrutura e de benfeitorias nos prédios.

Na *Viagem do Cardeal Alexandrino* em 1571 a Lisboa, o sobrinho do papa Pio V relata a sua chegada com a seguinte descrição:

Caminhámos obra de uma boa milha por bellas ruas, direitas e largas (principalmente a que chamam *rua nova*, a qual é bellissima e povoada de nobres edificios) até que chegámos ao paço real, situado no sitio mais alto da cidade, que d'alli se descobre quasi toda, fazendo uma vista soberba com o braço de mar que a cêrca, cheio de grande multidão de navios. Por todas estas ruas era tão basto o povo que se calculou haver ahi mais de cento e cincoenta mil pessoas. (HERCULANO, 2009, p. 22).

A cidade de Lisboa cresceu tanto entre os séculos XV e XVI a ponto de impressionar seus visitantes. “O mercador italiano Sasseti escreveu numa carta datada de 10-X-1578: '*Questa é citta grandissima, e la parte principale e maggiori é fuero della mura*’.” (RODRIGUES, 1970, p. 98). Impressionava pelo advento da riqueza que ali desembarcava, promovendo-a como um símbolo político de uma nova potência econômica que desabrochava.

A cidade crescia em proporção às conquistas de Portugal pelos mares. Uma grande cidade requer um grande número de trabalhadores. E trabalho havia. “Todos favorecei em seus ofícios, Segundo têm das vidas o talento” (X, 150, v. 1-2) diz o poeta. A Lisboa de 1551 possibilitava um rol de trabalhos que ia do empregado ao empregador, do letrado ao trabalhador braçal, do guerreiro ao religioso, do desempregado ao funcionário público.

Estrangeiros e portugueses buscavam dirigir-se à capital para trabalharem nas novas manufaturas, oficinas, tendas, feiras que a cidade ofertava. “Várias províncias tem de várias gentes, Em ritos e costumes, diferentes.” (X, 139, v. 7-8), canta o poeta sobre as pessoas nas novas terras enquanto Portugal recebia “várias gentes” de todos os lados. No exemplo abaixo temos nomeados os profissionais liberais na área da saúde, educação e artes existentes:

Merecem ser referenciadas as composições das profissões liberais ou assim equiparadas: Físicos (57), Cirurgiões (60), Boticários (46), Mestres de Gramática (6), Mestres de Ensino (36), Mestres de Canto d'Orgão (13), Mestres de dança (12), Mestres de esgrima (40 e

Tangedores e outros músicos (210) pessoas. (CONSIGLIERI, 1988, p. 197).

A corte exigia que seus filhos fossem educados, que seus parentes trajassem roupas elegantes em suas apresentações públicas, e que tivessem alguma habilidade artística para entreter os visitantes quando necessário. Os profissionais das artes também são mencionados no Canto X, “Despertando os alegres apetitos; / Músicos instrumentos não faltavam” (X, 5, v. 4-5) pois faziam parte do cotidiano cultural português. Os musicistas, os dançarinos, os cantores, os poetas participavam deste alvoroço que Lisboa vivia. Segundo Bellini (1999, p. 7-8):

Havia na corte portuguesa um grande interesse na composição e leitura de poesia, tanto imitando formas desenvolvidas na Itália quanto criando novas formas. A maior parte dos escritores lusitanos frequentava o paço real. Isto pode ser observado, a título de exemplo, no círculo da princesa Maria (1521-1577), irmã de D. João III, que havia recebido uma boa formação em latim, história e literatura, e apreciava a dança, a música e as artes. A princesa cercou-se de um grupo de mulheres com formação semelhante à sua, que patrocinavam e criticavam o trabalho de escritores e músicos.

Estar participando deste momento histórico de novas possibilidades, novos horizontes, novos acontecimentos fazia com que pessoas de todos os cantos europeus, e das novas terras, quisessem participar destas façanhas. No texto *AO AJUNCTAR-SE E PARTIR A ARMADA PARA A JORNADA D'ALCACER – QUIBIR – 1578*, Herculano (2009, p. 25) discorre que:

Havia em Lisboa muita gente estrangeira, assim castelhanos como de outras nações, que vieram para irem n'esta jornada por aventureiros, gente honrada e muito lustrosa, que vieram servir el-rei á sua custa e sem partido. E assim acudiram muitos officiaes de instrumentos militares; porque mandou el-rei declarar por Italia, Castella, e Allemanha, que todo homem que em sua terra tivesse officio de guerra e quisesse acompanhar n'esta jornada lhe faria partidos avantajados.

Aquele que tivesse “officio de guerra”, isto é, o soldado, é outro personagem recorrente na obra. São eles os heróis responsáveis pela conquista, pela segurança, por manter a justiça e a paz no império. “Porque tantas batalhas, sustentadas / Com muito pouco mais de cem soldados” (X, 20, v. 1-2) nos conta o autor. A construção das

características éticas e morais que envolvem esta *persona* é representativa de um momento histórico-literário particular:

Por um lado, está ligada à tradição medieval da cavalaria; por outro, à confiança renascentista nas capacidades do homem de transformar-se e de transformar o mundo. Este constitui um caso particular de sobreposição entre influências clássicas, medievais e modernas que é típica do período. Em decorrência das características apontadas acima, o clima épico presente na literatura portuguesa do século XVI tem em geral um duplo sentido. Por um lado, expressa uma atitude crítica em relação à ousadia do homem moderno em arrogantemente transgredir seus próprios limites, um tema recorrente nos escritos da Antiguidade que reaparece no Renascimento. Por outro lado, sugere o orgulho pela coragem dos marinheiros e soldados portugueses, que ousaram ultrapassar esses limites. (BELLINI, 1999, p. 13).

Como país em que as viagens marítimas eram o grande empreendimento, muitas pessoas buscavam neste setor econômico seu trabalho. Ao fazer o levantamento dos tipos de trabalhos existentes no estaleiro de Lisboa em 1551, Cristóvão Rodrigues de Oliveira os descreve assim:

[...] a Ribeira das Naus [apresentava]: a carpintaria de toscos (serradores), a carpintaria propriamente dita, a secção de calafates, dos carpinteiros de gáveas (11) - complementadas por fornecimentos regulares de estopa (existiriam 30 estopeiras), de 'velas, cordoalha e âncoras e toda a mais munição' sobre a vigilância de um almoxarife que cuidava, ainda 'da madeira das naus'. O controle do trabalho era feito por um 'apontador das obras d'El Rei' e de um outro apontador para as outras obras. (CONSIGLIERI, 1988, p. 192-193).

Notáveis são os versos “Das grandes naus do Samorim potente, / Que encherão todo o mar” (X, 28, v. 1-2) ao descrever as naus que cobriram o mar com as armadas dos capitães. O poeta canta os feitos dos marinheiros descobridores, estes que traçaram seguras rotas por antes caminhos incertos, que contataram novos povos onde antes havia fantasia.

Marinheiro dos marinheiros, capitão dos capitães, Vasco da Gama é o personagem que incorpora as aventuras, os sofrimentos, a temperança, os feitos em armas, como um reflexo desta liberdade para repensar os limites traçados pelos mapas, pelos livros, pelas ideias medievais. O poeta assim canta Gama ao admirar seu novo mundo, com ele, o globo terráqueo tinha ficado maior: “Vendo o Gama este globo, comovido / De espanto e de desejo ali ficou” (X, 79, 3-4).

Vasco da Gama teria sido com certeza, cronologicamente, o último dos homens da Renascença portuguesa; pusera o destino sobre ele mãos amigas, e o levava ao descobrimento do caminho das Índias. Em sua individualidade concorreram no ímpeto final as forças determinativas do maior feito de seu país nos mares, e – figura central de autêntico episódio da Renascença – havia de, necessariamente, encarnar a glória e a lenda deste. (MARTINS, 1981, p. 48-49).

Com Gama, o império português tinha o sol sempre sob suas terras: ao nascer no oriente, o sol iluminava Macau; seguia pelas Índias, pela África, pela Europa e pelas Américas. Na obra, é Gama, o homem renascentista, quem vislumbrou a máquina do mundo idealizada por Aristóteles, o homem clássico grego. Foi ele quem “comovido”, apreciou os mundos celestial (exterior – etérea) e elemental (interna – com os elementos terra, água, ar e fogo)⁶. Essa máquina que se chama mundo, com suas engrenagens, com suas hierarquias, com sua disposição, criada por uma inteligência superior, Deus.

5. “Ocultos os juízos de deus são”⁷

Em 1455 Gutemberg causava agitação no mundo literário ao inventar um mecanismo de impressão com tipos móveis reutilizáveis, concepção que se propagou pelos países europeus, permitindo os primeiros livros impressos. Em 1487 é o ano da introdução da imprensa em Portugal, possibilitando que os autores e instituições pudessem imprimir suas obras junto aos tipógrafos, fomentando a publicação de autores clássicos e contemporâneos.

Segundo Hue (2009, p. 66) os tipógrafos contavam com as encomendas de clientes para manterem abertas as suas casas.

No início do século [XVI], raros eram os tipógrafos que podiam, por iniciativa própria, financiar a impressão de um livro, e raros eram também os autores que podiam, eles mesmos, arcar com o custo do papel e da impressão de uma obra. A sobrevivência das tipografias devia-se ao regime das encomendas de clientes institucionais, obras encomendadas principalmente por várias instâncias da Igreja (bispados, dioceses, ordens etc.) e obras encomendadas ou apoiadas pela Coroa – e essa clientela continuará sendo a principal fonte de renda dos tipógrafos ao longo de todo o século. Note-se que entre as obras apoiadas pela coroa, além das oficiais, diretamente relacionadas

⁶ Nota da estância 80, v. 1-2, de Camões (2000, p. 504-505).

⁷ X, 38, v. 5.

aos negócios do reino, figuravam também obras religiosas, apoiadas notadamente por rainhas, [...]. [...] além da forte presença da Igreja e da Coroa, surge também uma outra clientela forte formada pelos humanistas radicados em universidades portuguesas e espanholas, que de modo geral publicam suas obras em latim.

A obra de Camões foi impressa nesse contexto. Para conseguir publicar, antes Camões deveria seguir todo o caminho das instâncias censórias: primeiramente era encaminhada ao rei, para obter o alvará de licença, seguia ao tribunal da Santa Inquisição e, sendo aprovada, ao impressor. Vejamos o que disseram os juízes sobre a obra. Ao receber a obra, em 1571, Dom Sebastião o encaminha ao Santo Ofício, através do seguinte alvará de privilégio:

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz dar licença a Luiz de Camões para que possa fazer imprimir, nesta cidade de Lisboa, uma obra em oitava rima chamada Os Lusíadas, que contém dez cantos perfeitos, na qual por ordem poetica em versos se declaram os principaes feitos dos portuguezes nas partes da India depois que se descobriu a navegação para ellas por mandado de el-rei D. Manuel, meu visavô, que santa gloria haja, e isto com privilegio para que em tempo de dez annos, que se começarão do dia que se a dita obra acabar de imprimir em deante, se não possa imprimir nem vender em meus reinos e senhorios nem trazer a elles de fóra, nem levar ás ditas partes da India para se vender sem licença do dito Luiz de Camões ou da pessoa que para isso seu poder tiver, sob pena de quem o contrario fizer pagar cincoenta cruzados e perder os volumes que imprimir, ou vender, a metade para o dito Luiz de Camões, e a outra metade para quem os accusar. E antes de se a dita obra vender lhe será posto o preço na meza do despacho dos meus Desembargadores do paço, o qual se declarará e porá impresso na primeira folha da dita obra para ser a todos notorio, e antes de se imprimir será vista e examinada na meza do conselho geral do santo officio da Inquisição, para com sua licença se haver de imprimir, e se o dito Luiz de Camões tiver accrescentados mais alguns cantos, tambem se imprimirão havendo para isso licença do santo officio, como acima é dito. E este meu alvará se imprimirá outrosim no principio da dita obra, o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha Chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo XX, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais que um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Gaspar de Seixas o fiz em Lisboa a 24 dias do mez de setembro de MDLXXI. (PORTUGAL: Dicionário Histórico).

Como de praxe, após o rei ter “[...] por bem e me praz dar licença a Luiz de Camões para que possa fazer imprimir [...]” (idem), o livro foi encaminhado ao Santo

Ofício. A época, o censor encarregado foi frei Bartolomeu Ferreira, que ao apreciá-la emitiu “[...] uma censura excepcionalmente benévola” (MATOS, 1992, p. 12). A seguir, o parecer do censor do Santo Ofício para a edição de 1572:

Vi por mandado da santa & geral inguição estes dez Cantos dos Lusíadas de Luisa de Camões, dos valerosos feitos em armas que os Portugueses fizeram em Asia & Europa, e não achey nelles cousa algũa escandalosa nem contrária â fe & bõs costumes, somente me pareceo que era necessário advertir os Lectores que o Autor pera encarecer a dificuldade da navegação & entrada dos Portugueses na India, usa de hũa ficção dos Deoses dos Gentios. E ainda que santo Augustinho nas sas Retractações se retracte de ter chamado nos liuros que compor de Ordine, aas Musas Deosas. Toda via como isto he Poesia & fingimento, & o Autor como poeta, não pretende mais que ornar o estilo Poetico não tiemos por inconveniente yr esta fabula dos deoses na obra, conhecendoa por tal, & ficando sempre salua a verdae de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Gentios san Demonios. E por isso me pareceo o liuro digno de se imprimir, & o Autor mostra nelle muito engenho & muita erudição nas sciencias humanas. Em fe do qual assiney aqui. Frey Bertholameu Ferreira. (CAMÔES, 2002, p. 9).

Em 1572 saem duas edições de *Os Lusíadas*, e tinham como título o seguinte: “Os Lusíadas de Luis de Camões. Com privilegio real. Impressos em Lisboa, com licença da Santa Inquisição, e do Ordinario; em casa de Antonio Gonçalves, impressor, 1572.” (PORTUGAL: Dicionário Histórico).

Sem patrocinador inicial (Igreja, Coroa ou Universidade) para *Os Lusíadas*, e sem condições econômicas estáveis que permitisse um investimento na qualidade final da impressão, Hue (2009, p. 82) pondera que a primeira “[...] edição pobre, mal composta, [...] indica ter sido paga pelo próprio autor, já que não há epístola dedicatória a mecenas, apenas uma dedicatória incluída no próprio poema, ao rei D. Sebastião.”⁸

⁸ De acordo com o professor Leodegário Azevedo Filho são conhecidas duas edições de 1572: a primeira, edição **E**, apresentando erros gráficos e textuais, e a segunda, edição **Ee**, sem erros. **E** e **Ee** seriam designações para as duas primeiras letras do v. 7 do Canto I: “E entre gente remota edificaram” (**Ee**) e “Entre gente remota edificaram” (**E**). Para o autor, a verdadeira primeira edição seria a **Ee**, corrigida por Camões antes de sua publicação. Entre 1584 (Edição dos ‘Piscos’, mutilada em seu texto pela censura) e 1586 se teria imprimido outra edição semelhante à primeira (**Ee**) e com os mesmos dados bibliográficos, mas apresentando erros tipográficos e na ortografia. A edição **E** “[...] seria clandestina, feita após a morte de Camões (1580), com a finalidade de lucros comerciais indevidos, pois a primeira edição, de há muito esgotada - cerca de trezentos exemplares apenas - era procurada pelo povo, num momento triste da gloriosa História de Portugal. [...] o interesse de editores irresponsáveis e inescrupulosos [...] procuraram fazer [...] a apresentação gráfica da *editio princeps*, [...] com dezenas e dezenas de versos deturpados, por ignorância do falso impressor, com dezenas e dezenas de ridículas e criminosas ultracorreções [...]”. (AZEVEDO FILHO, 2011, p. 6-7). Já o crítico literário Aníbal Pinto de Castro, no texto **A guisa de**

Faria e Sousa, escritor e comentaristas de Camões no século XVII, descreve assim a situação das duas publicações de 1572:

Aviendo, pues, llegado el P. [Poeta?] a Lisboa el año de 1569 el de 1572 publicó por medio de la Estampa su *Lusiada*, aviendosele concedido privilegio Real en 4 de Setiembre de 1571. Dió con el un gran estallido en todos los oídos, y un resplendor grande a todos los ojos más capaces de Europa. El gasto desta impression fue de manera, que el mismo año se hizo otra, Cosa que aconteció rara vez en el Mundo; en Portugal e ninguna más de esta. Y porque esto ha de parecer nuevo, y no facil de creer, yo asseguro que lo he examinado bien las mismas dós ediciones que yo tengo; por diferencias de caracteres; de ortografia; de erratas que ay en la primera, y se ven emêdadas en la segunda; y de algunas palabras con que mejoró lo dicho. (FARIA E SOUSA apud PIMPÃO, 2000, p. XVII).

As “diferencias de caracteres; de ortografia” aos quais o autor se refere podem ser visualizadas nos exemplos a seguir retirados do Canto X (grifo nosso): “Todos farás ao Luso obedentes” em vez de “Todos farás ao Luso obedientes” (44, v. 8) e “De seres de Candace & Sobá ninho” em vez de “De seres de Candace & Sabâ ninho” (52, v. 4). (PIMPÃO, 2000, p. XXII).

Pouco se sabe sobre frei Bartolomeu, jesuíta censor nos trabalhos dos tribunais da Inquisição, reconhecido no mundo literário como o censor de *Os Lusíadas*. Era natural de Lisboa, trabalhou no Sagrado Instituto da Ordem dos Pregadores, com a disciplina de Teologia e a 3 de novembro de 1576 já era Deputado da Inquisição de Lisboa. Tem-se que esteve, por mais ou menos, 25 anos nos trabalhos junto à Inquisição e, dentre suas tarefas, era revisor de livros. Sabe-se que em 1591 visitava as livrarias de Lisboa, assim como a venda nas feiras e nos espaços públicos de textos e acompanhava a importação de livros do exterior. Foi também escritor, em que se destacam a *Vida do Frei António Freire* e uma obra de Teologia *De his, qui de Fide Catholica male sentientes aliquid scripserunt, vel inter Catholicos tractatus aliquid de suo interposuere*. A serviço do Santo Tribunal organizou e redigiu *Avisos e Lembranças* para o Rol de libro proibidos de 1581 (ANASTÁCIO, 2010).

Bartholomeu Ferreira era não só um erudito, um enfronhado na litteratura sagrada, mas também um amigo e cultivador das musas. Os poetas confiavam-lhe as suas produções, esperando que elle as revisse

apresentação da edição de **Os Lusíadas** para o Instituto Camões (2000, p. VIII), existe a possibilidade de serem três ou mesmo quatro as edições de 1572.

e limasse. Os segredos da metrificação não lhe eram, portanto, desconhecidos, e tudo leva a crer que elle não se limitasse a emendar os versos dos outros, mas que exercitasse também a sua fantasia. (VITERBO, 1890, p. 3 apud ANASTÁCIO, 2010, p. 142).

Como podemos destacar frei Bartolomeu não encontrou nos Cantos "[...] ‘cousa alguma escandalosa, nem contrária à Fé e bons costumes’, considerando que ‘como isto é Poesia e fingimento, o autor como Poeta não pretende mais do que ornar o estilo poético’ [...].” (OLIVEIRA, 2006, p. 1). O que temos sobre a censura no século XVI? Segundo Abreu (2009, p. 2):

A atividade censória repartiu-se entre o Ordinário (juízes eclesiásticos ligados às dioceses, em atuação desde 1517), o Tribunal do Santo Ofício (organismo ligado à Igreja, em funcionamento desde 1536) e o Desembargo do Paço (órgão censor ligado ao poder régio, atuante a partir de 1576). Sucessivos índices de livros proibidos foram publicados em Portugal a partir 1551, quando veio à luz o primeiro **Index Librorum Prohibitorum**, até o final do século XVIII quando foi divulgado o último deles, o **Índice de Livros Proibidos pela Inquisição**.

Assim, são dois os momentos importantes da censura em Portugal. Até 1576, os autores que quisessem publicar deveriam encaminhar sua obra ao Conselho Geral do Santo Ofício, local onde o jesuíta revedor emitia um parecer aprovando ou não a obra e reenviava novamente ao Conselho para revisão final. Obtendo esta aprovação, a obra era enviada à censura ligada ao clérigo episcopal, Ordinário, para novamente ser revisada. Foi assim com a obra de Camões na edição de 1572. A partir de 1576, Dom Sebastião criou a censura real, Desembargo do Paço, para decisão final e fixar os preços dos volumes. (HUE, 2011, p. 80).

1580 foi um ano que marcou a história portuguesa: politicamente, temos o falecimento de Portugal como nação independente e a formação da União Ibérica; literariamente, temos o falecimento de Luís de Camões, a 10 de junho, mesmo ano em que, desiludido com os rumos políticos, afirmava: “Enfim acabarei a vida e verão todos que fui tão afeiçoado a minha pátria, que não me contentarei de morrer nela, mas com ela” (OLIVEIRA, 1999, p. 68).

Paralelamente aos destinos da história, temos também que no ano de 1580 a obra de Camões é traduzida ao espanhol. E um fato chama a atenção neste processo: o interesse do rei pela obra literária portuguesa. Conta “[...] uma tradição dos estudos

camonianos que registra que ao chegar a Lisboa Felipe II foi logo perguntando por Luís de Camões.” (HUE, 2009, p. 97).

Independentemente aos interesses que envolvem este interesse do rei ibérico pelo autor português, é fato que o próprio Felipe II patrocina duas traduções para o castelhano da obra *Os Lusíadas*, uma pela universidade de Alcalá e outra pela universidade de Salamanca, a fim de “[...] trazer o poema português para o patrimônio literário castelhano [...]” (HUE, 2009, p. 87).

Destacamos que em ambas as traduções foram aprovadas sem a necessidade de serem submetidas à censura eclesiástica.

La traducción de Alcalá, realizada por Benito Caldera o Bento Caldeira, mozo de origen portugués, está aprobada por Fadrique Furió Ceriol, el insigne escritor político, en Madrid 17 de marzo; y licenciada a toda prisa en Guadalupe por Antonio de Eraso, el secretario real. La traducción de Salamanca, hecha por Luis Gómez de Tapia, no inserta ni aprobación ni licencia. Ni la de Alcalá ni la de Salamanca han pasado por la censura eclesiástica. (ASENSIO, 1974, p. 45-46 apud ANASTÁCIO, 2005, p. 328).

Em 1584 temos a segunda edição de “Os Lusíadas de Luís de Camões. Agora de novo impresso, com algumas Anotações de diversos Autores, Lisboa, Manuel de Lyra, 1584”, em solo português, edição que passou para a história como a ‘dos piscos’. Isto se deve a uma nota dada na folha 76 para o verso segundo, da estância 65 do Canto 3 em que explicava o que significava ‘piscosa Sesimbra’: “Chama piscosa, porque em certo tempo se ajunta ali grande quantidade de piscos pera se passarem à África”. (HUE, 2009, p. 86).

Sua publicação está envolta em situações não usuais no processo que vai da aprovação dos censores à venda. Frei Bartolomeu Ferreira, novamente revisor da obra, o fez a pedido do Conselho Geral da Santa Inquisição e não a pedido do rei Felipe II, como era de praxe. Neste momento, o parecer do censor muda em comparação ao da edição de 1572. A seguir:

Vi por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Arcebispo de Lisboa, Inquisidor Geral destes Reinos, os *Lusíadas* de Luís de Camões, com algumas glosas, o qual livro, assi emendado como agora vai, não tem cusa contra a fé e bons costumes, e pode-se imprimir. E o autor mostrou nele muito engenho e erudição. *Frei Bartolomeu Ferreira*. (ANASTÁCIO, 2005, p. 147).

Inicia-se pelos vários comentadores anônimos, segue-se pelas várias estâncias suprimidas. Devemos destacar também aos erros cometidos às alusões à mitologia clássica, às menções à religião cristã, ou mesmo gramaticais. As deturpações se encontram em duas linhas: as religiosas como trocar Deuses por Ídolos, Júpiter por Deus, Maia por Maria entre outros; e as deturpações políticas para os personagens espanhóis como trocar soberbo Castelhana por valente Castelhana. “[...] assi emendado como agora vai, não tem cusa contra a fé e bons costumes [...]” referenda o revisor, acentuando que a censura pelo Tribunal se agravara no território Português, diferentemente do que ocorria na Espanha. (MIGUEIS, 2009).

Neste volume, não se apresenta o privilégio real para sua publicação, nem mesmo dedicatória ou mesmo o responsável por sua publicação. *Os Lusíadas* encolheu em sua forma, depois de várias passagens da ilha dos Amores serem suprimidas. (HUE, 2009).

6. “Das musas serás sempre engrandecido”⁹

A introdução feita por Las Brozas para a edição espanhola de Salamanca, em 1580, talvez nos possa vislumbrar um pouco deste homem Camões, como nos coloca Anastácio (2005, p. 328): “Luys de Camões Lusitano, cuyo subtil ingenio, doctrina entera, cognició de lenguas, y delicada vena, muestran claramente no faltar nada para la perfection de tal alto nombre [de Poeta].”

Herculano (2007, p. 19) nos explica sobre a importância deste poema para o povo português, que teve tão altas suas expectativas e que, por desfortunas históricas teve tão baixa estima.

Os Lusíadas são o poema onde mais aparece a necessidade de recorrer a uma idéia independente da acção para achar a imprescriptível unidade, e o seu título nos revela logo a mente de Camões. Não foi, quanto a nós, o descobrimento da Índia que produziu este poema: foi sim a glória nacional. Esta idéia bella, pura, immensa, como a alma de Camões, gerou os Lusíadas.

Após a publicação de *Os Lusíadas*, seu nome repercutiu na Europa como um membro dos grandes escritores de então; Miguel de Cervantes se referiu a ele como o

⁹ Canto X, 22, v. 6.

“tesouro luso” (OLIVEIRA, 1999, p. 68) e, em sua lápide, temos o seguinte epíteto “Príncipe dos Poetas de seu tempo” (MATOS, 1992, p. 13).

“[...] ventos serenos conduzem a esquadra de Vasco da Gama” (OLIVEIRA, 1999, p. 71) que continua a navegar dentre tantas outras máquinas do Mundo.

Referências

ABREU, Márcia. *A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834)*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, ano VI, v. 6, n. 3, jul-ago-set 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_2_DOSSIE_Marcia_Abreu_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

ANASTÁCIO, Vanda. *El Rei Seleuco, 1645: (Reflexões sobre o «corpus» da obra de Camões)*. Península: Revista de Estudos Ibéricos, Porto, n. 2, p. 327-342, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2969.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. *A lenda dourada de Frei Bartolomeu Ferreira*. Revista Camoniana, Bauru, v. 1, n. 1, jun.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistacamoniana.ufv.br/arearestrita/arquivos_internos/artigos/ARTIGO_VANDA_ANASTACIO__diagramado.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. *A verdadeira primeira edição de Os Lusíadas*. Revista Litteris, Rio de Janeiro, n. 7, mar. 2011. Disponível em: <<http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Leodegario.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2011.

BELLINI, Lígia. *Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI*. Revista Tempo: Terra e Trabalho, Niterói, n. 7, jul. 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-7.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

CONSIGLIERI, Carlos. *A Dissolução das relações feudais na Lisboa do Século XVI*. Revista de História, Porto, v. 8, 1988, p. 185-202. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6449.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2011.

GONZAGA, João Bernadino. *A inquisição em seu mundo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

HERCULANO, Alexandre. *Opusculos: Litteratura*. Tomo IX. 2007. Blackmask Online. Disponível em: <<http://www.munseys.com/diskfive/opus.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. *Opusculos: Controversias e Estudos Históricos*. Tomo VI. 2009 Blackmask Online. Disponível em: <<http://www.munseys.com/diskeight/hers.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. São Paulo: Zahar, 1981.

HUE, Sheila Moura. *A impressão da lírica dos contemporâneos de Camões*. Floema: caderno de teoria e história literária, Vitória da Conquista, ano V, n. 5 A, p. 65-98, out. 2009 Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/129/332> >. Acesso em: 15 set. 2011.

LUÍS DE CAMÕES. *Os Lusíadas*. Prefácio de Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros: Instituto Camões, 2000.

_____. _____. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

MARTINS, Cristiano. *Camões: temas e motivos da obra lírica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.

MATOS, Maria Vitalina Leal de. *Introdução á Poesia de Luís de Camões*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 1992.

MIGUEIS, Micheli Maria. *A religiosidade Camoniana em pleno Renascimento*. *Revista Vernaculum, Petrópolis, v. 1, n. 1, abr-ago 2009*. Disponível em: <http://www.ucp.br/html/joomlaBR/images/vernaculum/a_religiosidade_camoniana_e_m_pleno_renascimento_artigo3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

OLIVEIRA, Clenir Bellezi de. *Arte literária: Brasil e Portugal*. São Paulo: Moderna, 1999.

OLIVEIRA, José Quintão de. *Um conceito de justiça em Camões: uma leitura d'Os Lusíadas, Virtuajus*. Belo Horizonte, ano 5, n. 1, p. 1-15, 2006. Disponível em: <http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/1_2006/Docentes/pdf/Jose.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. Prefácio. In: *LUÍS DE CAMÕES. Os Lusíadas*. Prefácio de Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros : Instituto Camões, 2000.

PORTUGAL: *Dicionário Histórico. Os Lusíadas*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/oslusiadas.html>>. Acesso em: 20 set. 2011.

RAMOS, Fernando César da Silva. *A leitura em movimento: estudo de um caso de censura no Brasil do século XIX*. Em Tese, Belo Horizonte, v. 9, p. 115-124, dez. 2005. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em-tese-2004-pdfs/13-Fernando-C%C3%A9sar-Silva.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

RODRIGUES, Albertino Rodrigues. *Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade do século XVI*. *Análise Social*, Lisboa, v. VIII, n. 29, 1970, p. 96-115. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224255202L2oYA9wp7Ie75BW6.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

THE PUBLICATION OF THE WORK “THE LUSIADS” IN THE XVI CENTURY: A VIEW ON DIVISION X

ABSTRACT

This article aims to present the work "The Lusiads" in the historical-social Portuguese context. The historical aspects of the Jesuitical policy are highlighted in order to establish the Holy Office in Portugal, as well as its actuation as a literary censorship. We have selected Section X so as to analyse both the Portuguese social structure and the labourist sections, which were a product of the maritime expansion and the discovering of new territories. The first Portuguese editions of 1572 and 1584 and the Spanish edition of 1580 are commented aiming to discuss the role of the inquisitional censorship applied to that work.

Keywords: literature, portuguese literature, the lusiads, censorship.